

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES DA SUSTENTABILIDADE

NEW PERSPECTIVES FOR BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT: CONTRIBUTIONS OF SUSTAINABILITY

LUIZ HENRIQUE SANTOS DA CRUZ

Doutor em Direitos Fundamentais e Democracia pelo UNIBRASIL, Doutorando em Direito Público na Universidade de Coimbra-PT. Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pelo UNICURITIBA, Professor de Direito Empresarial na UENP. Advogado. E-mail: luiz.cruz@uenp.edu.br

VINICIUS JANOSKI FERREIRA

Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Pós-graduado em Controladoria e Finanças, com MBA em Mercado Financeiro pela FESP-PR. Especialista em Gerenciamento de Projetos pelo ISAE/FGV. Pós-graduado em Business Intelligence Analytics pela ESIC Business Marketing School. Administrador de Empresas. E-mail: janoski@ufpr.edu.br

RESUMO

Em virtude da constante mudança no cenário econômico do Brasil, em especial a tentativa de implantar um novo modelo de desenvolvimento no país, substituindo o antigo modelo histórico de desenvolvimento baseado na substituição de importações, pelo modelo baseado na abertura comercial e financeira do país, conseguimos visualizar uma brecha para pensar em outras perspectivas de desenvolvimento econômico. A mudança na política econômica deve ser avaliada considerando a incapacidade de o país superar, até hoje, as graves desigualdades econômicas e sociais que, em última análise, podem ser vistas como diferenças regionais, limitadores da expansão do mercado interno e do crescimento e desenvolvimento nacional. Com base nisso, o presente artigo realiza uma reflexão sobre as possíveis interfaces entre desenvolvimento e sustentabilidade no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, foi possível concluir que as novas mudanças no desenvolvimento econômico nacional são uma excelente oportunidade para incluir nessa busca por desenvolvimento econômico perspectivas de desenvolvimento social e de proteção ao meio ambiente.



Palavras-chave: sustentabilidade; transformação social; finanças; políticas públicas.

ABSTRACT

Considering the constantly changes in the Brazilian economic scenario, especially the attempt to implant a new development model in the country, replacing the old historical model of development based on import substitution, based on the commercial and financial opening of the country, we achieved view a loophole to think about other perspectives of economic development. The change in economic policy must be evaluated considering the country's inability to overcome, until now, the serious economic and social inequalities that can ultimately be seen as regional differences, limiting the expansion of the domestic market and national growth and development. Based on this, the present article reflects on the possible interfaces between development and sustainability in Brazil. Through bibliographic research, it was possible to conclude that the new changes in national economic development are an excellent opportunity to include in this search for economic development perspectives of social development and protection of the environment.

Keywords: sustainability; social transformation; finance; public policy.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos acompanhado um movimento de intensas transformações no cenário econômico brasileiro, em especial profundas mudanças no que diz respeito à tentativa de inauguração de um novo modelo de desenvolvimento no país. Essa tentativa busca substituir o antigo modelo histórico de desenvolvimento baseado na substituição de importações, pelo modelo baseado na abertura comercial e financeira do país (seguindo o movimento global de globalização).

Nesse sentido, a história da economia brasileira aponta que o período de maior e continuado crescimento da economia no país compreende os cinquenta anos ocorridos entre 1930 e 1980. Foi durante esse período que vigorou o padrão de desenvolvimento baseado na substituição das importações no Brasil, sendo que esse padrão também foi implementado em outros países latino-americanos.

Diante do desafio de uma mudança paradigmática e contínua de modelo de desenvolvimento econômico, revela-se essencial analisar alguns aspectos teóricos que envolvem a temática. A mudança na política econômica, na transformação do país de uma economia primário-exportadora para industrial deve ser avaliada considerando a incapacidade de o país superar, até hoje, as graves desigualdades



econômicas e sociais que, em última análise, podem ser vistas como diferenças regionais, limitadores da expansão do mercado interno e do crescimento e desenvolvimento nacional.

Assim, propõe-se no presente artigo realizar uma reflexão sobre as possíveis interfaces entre desenvolvimento e sustentabilidade no Brasil.

Por meio de pesquisa bibliográfica, este artigo apresenta considerações teóricas de dois grandes economistas brasileiros e depois considerações sobre o desenvolvimento econômico no país. Ao final, será abordada uma visão alternativa deste desenvolvimento, em especial o conceito de sustentabilidade de Enrique Leff¹ e nas conclusões serão feitas algumas reflexões sobre o tema da pesquisa, qual seja o desenvolvimento econômico nacional.

2 ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Para entender e até mesmo criticar uma opção de desenvolvimento de algum governo, país ou região, é muito importante analisar primeiro a sua história e ver quais atitudes desse sujeito foram bem-sucedidas e quais não foram.

2.1 O HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Adotamos como marco teórico para a análise do histórico do desenvolvimento econômico brasileiro a obra “Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro”, organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2010 (IPEA, 2010).

A economia do século XIX era baseada principalmente na cultura cafeeira. Nesse período, a força de trabalho escrava era dominante e representava um entrave ao mercado interno, bem como também um obstáculo ao desenvolvimento econômico do Brasil.

¹ Enrique Leff é um sociólogo e economista mexicano conhecido por suas contribuições ao conceito de sustentabilidade. Ele defende uma visão crítica e holística da sustentabilidade, enfatizando a importância de integrar aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos. Leff argumenta que a sustentabilidade deve ser baseada em uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza, promovendo a justiça ambiental e a diversidade cultural. Ele também destaca a necessidade de repensar o desenvolvimento e a economia para alcançar uma verdadeira sustentabilidade.



Entretanto, na última década daquele século, começou a fase inicial da industrialização brasileira que representou de certa forma uma superação da economia primário exportadora e da própria escravidão.

Nada obstante, nas décadas iniciais do século XX o Brasil era um país de pouca expressão no cenário internacional, sendo que sua relação com o restante do mundo se dava basicamente pela exportação de produtos primários e importação de bens industrializados.

No período de 1890 até 1930, o Brasil passou a focar na indústria de bens de consumo não-duráveis. Após 1930 passou para outra etapa formando uma industrialização de bens de consumo duráveis, que só foi consolidada algumas décadas depois.

Assim, a partir de 1930, se firma um novo padrão de acumulação com a inauguração de um novo pacto de classes na tentativa de fazer do Brasil, um país moderno. Foi nesse período que a face social do Brasil começa a mudar, pois passou a surgir uma grande massa de população operária formando os grandes centros urbanos, classe vinda principalmente no meio rural e da região do nordeste brasileiro.

A partir de 1948, o desenvolvimentismo no continente passou a contar com a importante e decisiva contribuição da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina, órgão criado pela ONU, com sede em Santiago, Chile. Seus principais formuladores foram os economistas Celso Furtado (1920-2004), do Brasil, e Raul Prebisch (1901-1986), da Argentina. Largamente influenciada pelas idéias de John Maynard Keynes, suas diretrizes advogavam uma redefinição do papel do Estado e à perspectiva de uma nova inserção internacional da América Latina. A solução proposta para os impasses continentais era a industrialização, através de um processo de substituição de importações. O paradigma ficaria conhecido como o *nacional-desenvolvimentismo*. (IPEA, 2010, p. 19)

Essas formulações não prescindiam da participação do capital estrangeiro, na verdade, este seria fundamental para complementar o investimento público. Assim, o subdesenvolvimento não era uma etapa do desenvolvimento, mas uma preparação do capitalismo consistente, fundamentado na divisão internacional do trabalho e que só com planejamento seria superado.

O Brasil dos anos 1950 ainda padecia de uma industrialização restringida pela impossibilidade de constituir internamente o departamento produtor de bens de capital. A não instalação desse departamento acarretaria, ao longo de toda a década, graves déficits no balanço de pagamentos, por conta da necessidade de importações de máquinas e equipamentos. Essa crise tomará vulto e se agravaria no início dos anos 1960, criando contradições insanáveis no modelo. [...] No terreno econômico, tratava-se de fortalecer o



lado internacionalizante, conservador e antidemocrático do desenvolvimentismo. Para seguir atraindo o capital externo, o país teria de domesticar as reivindicações trabalhistas e criar um ambiente politicamente estável. (IPEA, 2010, p. 19-20)

Para resolver de imediato o problema estrutural do déficit do balanço de pagamentos, herdado da década anterior, o governo do Presidente Vargas adotou duas alternativas: restringiu fortemente a demanda interna e internalizou a produção de bens de capital (IPEA, 2010, p. 21).

Em análise a isso, Caio Prado Junior (1954; 1987; 1988; 2012) apresentou algumas críticas teóricas, que colocavam em xeque a concepção de que essas medidas iriam de fato fortalecer a economia do país. Nesse sentido, João Antônio de Paula (2006) ressalta:

As vicissitudes do desenvolvimento econômico brasileiro, desde 1954, têm dado razão a Caio Prado Júnior em muitas de suas teses. A substituição de importação, a melhoria dos padrões tecnológicos efetivamente alcançados pela economia brasileira, de fato, não alteraram a sua situação estrutural, que continuou dependente. De outro lado, a ênfase na necessidade de controle das relações econômicas internacionais do país é cada vez mais contundentemente atual. Por tudo isso, reconheça-se a justeza de se colocar Caio Prado Júnior como um dos mais lúcidos intérpretes do desenvolvimento econômico brasileiro. A lucidez de Caio Prado Júnior, talvez, explique o silêncio que tem acompanhado a sua interpretação do desenvolvimento econômico brasileiro. Num tempo de euforia desenvolvimentista, de efetivos avanços industriais, a descrença de Caio Prado Júnior não poderia ter mesmo maior recepção. Por outro lado, a situação contemporânea - de 25 anos de crescimento medíocre, de virtual estagnação econômica - acentua a atualidade intransigente de sua visão. [...] Se se ampliar a análise para contemplar a trajetória da economia brasileira, desde a crise da dívida externa de 1982, será forçoso reconhecer o quão pertinente e ainda mais atual se faz a tese de Caio Prado Júnior. [...] Na verdade, esse processo de "vulnerabilização" da economia brasileira, sob a tutela do chamado Consenso de Washington, vinha do governo anterior que foi pródigo em uma abertura comercial, que indiscriminada e abrupta, afetou mesmo setores-chave da indústria brasileira. (DE PAULA, 2006, p. 10-12)

Entretanto, em decorrência do crescimento do PIB, em torno de uma taxa de 6,5% ao ano entre 1930 e 1980 (IPEA, 2010), o Brasil foi considerado o melhor país do mundo, por ter conseguido fazer a transição de uma economia baseada na agronomia para uma economia industrial moderna. Não se questionava como todo esse desenvolvimento econômico vinha impactando o desenvolvimento social e em que medida ele promovia a independência econômica do país.

Já nos anos de 1980, uma grande recessão começou a surgir, provocada por instabilidades monetárias e cambiais, ocasionando uma paralisação do mercado internacional de crédito e inflação.

No Brasil, o fim dos anos 1980 significaram igualmente a transição para um novo padrão de acumulação, financeirizado e patrimonialista. A crise internacional dismantelou os mecanismos de crescimento da economia brasileira construídos nas décadas anteriores. Isso se deu através da paralisação do mercado internacional de crédito, do redirecionamento dos fluxos de investimento direto para os Estados Unidos e seu afastamento da rota da periferia e da transferência maciça de recursos da periferia para o centro. A verdadeira natureza da crise por que passou o país nos anos 1980 foi, assim, a crise de uma economia industrializada e altamente internacionalizada, que se viu excluída da rota dos movimentos internacionais de capital, financeiros e produtivos. O ambiente econômico brasileiro da “década perdida” foi marcado por taxas elevadas de inflação e pela já mencionada crise da dívida externa, cuja política de enfrentamento, através da transferência de recursos reais ao exterior, acarretou dura recessão e provocou o colapso das finanças públicas do país. (IPEA, 2010, p. 23)

Nesse ambiente de colapso das finanças públicas do país, surgiram as tentativas heterodoxas de conter a inflação e sair da crise, como o Plano Cruzado, em 1986, e os planos seguintes: Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão. Entretanto, o fracasso desses planos levou à ampliação da crise econômica, com a elevação da inflação e expectativas de novos congelamentos de preços.

Diante deste cenário, foi primordial a reformulação de um modelo de substituição de importações defendido pelos setores ligados à indústria nacional. Então, como alternativa de combate à crise brasileira, surgiu a idéia de que a inclusão brasileira no processo de globalização provocaria a melhoria das condições de vida da população.

Com a maxidesvalorização do real no final dos anos 1990, foram inseridas medidas de política econômica que se tornariam emblemáticas na primeira década do século XXI, como o câmbio flutuante, regime de metas de inflação e metas de *superávit* primário elevadas. Em razão da estabilidade de preços, a economia brasileira foi marcada no período como um regime de crescimento instável e de pouco dinamismo até o ano de 2004.

Já na segunda metade dos anos 2000, há novamente uma mudança de rumo no cenário econômico nacional:

A implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra que houve recuperação do planejamento de longo prazo, abandonado nas



décadas anteriores de liberalização da economia. A primeira edição do referido Programa teve início em janeiro de 2007 [...] cujo objetivo central era o de recuperar a deteriorada infraestrutura e reduzir a desigualdade social. Suas principais ações estão voltadas para o setor de energia, transporte, construção de habitações populares, saneamento básico, recuperação de áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda, fornecimento de água e ações para o desenvolvimento das descobertas do Pré-sal. [...] O PAC mostra uma nova face do Estado, menos capturado pelas políticas recessivas de estabilização de preços e mais voltado para estruturar o desenvolvimento e explorar as potencialidades da economia nacional. Até porque uma das características desta nova fase é a estabilidade dos preços e das contas públicas, com significativa redução da dívida líquida do setor público. A materialização dessa estratégia resultou no acelerado crescimento da demanda, proporcionando a criação de um potente mercado interno apoiado na ampliação do consumo de massa, capaz de tornar a economia mais resistente às crises externas, como a que ocorreu em 2008. Os avanços sociais se juntaram à expansão econômica, gerando um círculo virtuoso capaz de se contrapor e superar os efeitos contencionistas de uma ainda severa política monetária apoiada em juros elevados e câmbio sobrevalorizado. (IPEA, 2010, p. 27)

Nesse período, a retomada da intervenção do BNDS, Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal teve um papel muito importante no atendimento à demanda por crédito e financiamento por prazos mais longos. Aliado a isso, os bancos públicos tiveram um papel fundamental na crise mundial de 2008, sendo um contraponto na contração do crédito privado e evitando que a economia brasileira fosse arrastada para a recessão. Esses bancos, no período de 2008 e 2009, foram responsáveis pela expansão do crédito de financiamento da economia.

Outro fator preponderante a ser destacado foi o crescimento das operações de crédito, que decorreram da expansão do emprego formal e do processo de mobilidade social ascendente, ampliando o caminho para o acesso ao crédito por setores da sociedade que antes não o tinham.

2.2 O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E ATUAL

As expectativas de crescimento para os próximos anos, já previstas pelas atividades da Petrobrás, especialmente em relação ao pré-sal bem como nas demais áreas onde a Petrobrás já atua, já é esperado um substancial impacto sobre a economia brasileira em termos da construção de cadeias produtivas que utilizarão ciência e tecnologia mais avançadas e de maior complexidade. Por conta disso tudo indica que, haverá grande geração de postos de trabalho para profissionais qualificados, renda e arrecadação de impostos, garantidos pela execução de uma

consistente carteira de projetos de uma das mais importantes empresas da indústria do petróleo do mundo.

Não resta dúvida de que para transformar o petróleo em riqueza estratégica em favor do desenvolvimento é necessária uma política de defesa dos interesses nacionais, para tanto é necessário ter um modelo regulatório de controle pelo Estado da gestão das reservas, bem como o planejamento estratégico da produção e do refino, de forma a permitir que ocorra a partilha dos recursos com o conjunto da sociedade. Ademais, é importantíssimo que esse desenvolvimento a ser perseguido não leve em conta somente os aspectos econômicos, mas também os políticos e sociais.

Com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sua ênfase inicial focada no ressurgimento da indústria naval brasileira, que ficou esquecida pelo estado sendo sucateada por aproximadamente 20 anos. Retomados os investimentos navais via PAC, o país passou a deter a quarta maior carteira mundial de encomendas de petroleiros.

As formas de tornar o Brasil um país de crescimento sustentável economicamente, envolvem também investimentos sociais como, por exemplo, o Bolsa Família. Vale dizer que esses investimentos estão longe de ser simples políticas paternalistas, assistenciais ou somente despesas para as contas públicas.

Pelo contrário, tais medidas estimulam o crescimento, ao mesmo tempo em que reduzem as desigualdades sociais e regionais tão bem já debatidas e sinalizadas por alguns autores, como veremos adiante.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico se desenvolveu de maneira cíclica na Teoria de Políticas Econômicas, em períodos de maior ou menor interesse desde estudos seminais dos economistas clássicos que contribuíram com suas teorias do crescimento econômico.

A discussão sobre o desenvolvimento econômico, com o passar dos anos, passou a incorporar elementos relativos ao progresso tecnológico e outras variáveis como educação, capital humano, distribuição de renda, combate à desigualdade social, sustentabilidade e meio ambiente, etc. Essas outras facetas do discurso de



desenvolvimento ampliam as conexões entre crescimento social e sustentável e o desenvolvimento econômico.

Nesse viés, Celso Furtado (2008; 2007) foi o autor que abordou primeiro, de maneira efetiva, a questão estrutural do desenvolvimento brasileiro, limitando-o e considerando os papéis das desigualdades regionais e do mercado interno. Os aspectos enfatizados são relacionados com abordagens associadas na linguagem influente, entendida como um conjunto de características que estimulam a capacidade de rápida recuperação e desenvolvimento de uma organização seja ela uma indústria por exemplo uma região ou país.

Analizando as teorias de Celso Furtado, Mendes e Teixeira (2004) explicitam:

Trata-se, porém, de uma construção teórica não usual da economia, não apenas por sua insistência em adotar elementos multidisciplinares como em incluir delimitações analíticas em termo de espaço e tempo (geografia e história), noções ausentes na ortodoxia econômica. [...] As principais contribuições de Furtado à abordagem estruturalista são consideradas em três aspectos principais: a inclusão da dimensão histórica; a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periféricas. Considera-se aqui como mais uma contribuição teórica de Furtado a ênfase dada ao aspecto regional como limitante de um projeto nacional-integrado de desenvolvimento. [...] Ao inserir no debate sobre o subdesenvolvimento a questão das desigualdades (sociais e de renda), o caráter regional é considerado como elemento central de análise, enfatizando também do ponto de vista político, de maneira mais direta na região Nordeste. (MENDES; TEIXEIRA, 2004)

Assim, percebe-se que Furtado trouxe a análise do desenvolvimento econômico para um ponto de vista que considera a desigual realidade brasileira, os aspectos locais e como alcançar as regiões mais pobres do país. Nessa visão, o subdesenvolvimento não é uma etapa no processo de desenvolvimento, mas sim uma condição em que alguns países se encontram, em detrimento de outros (MAIA, 2018, p. 47).

O rumo do desenvolvimento, então, não é atingir a realidade de outros países, mas sim lidar com as desigualdades existentes no próprio país subdesenvolvido:

[...] as economias de países como o Brasil são fortemente caracterizadas por um alto grau de desperdício, sendo a pior delas aquelas que degrada vidas através do déficit de oportunidades de trabalho decente. A maioria pobre se encontra à margem do processo de desenvolvimento. Dessa forma, a inclusão justa é um elemento essencial ao desenvolvimento. O desenvolvimento includente faz oposição ao padrão de crescimento excludente do mercado e do consumo, e concentrador de renda e riqueza. (ALVES; CUNHA; SOUSA, 2018, p. 497)



Deste modo, o desenvolvimento a ser buscado pelos países subdesenvolvidos não trilha um caminho onde o ponto de chegada é a realidade dos países desenvolvidos. Trata-se, na verdade, de uma dicotomia. Os aspectos econômicos são analisados a partir de uma visão crítica sobre a relação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Tornam-se relevantes, então, os aspectos e particularidades locais sobre desenvolvimento.

Uma medida que exemplifica isso são as exigências de estatais de que um certo percentual de componentes nacionais seja incorporados no produto final produzido naquele país. Essas exigências são:

Utilizados para diminuir as desigualdades enfrentadas pelas empresas nacionais em relação às estrangeiras, produzem seu mister através do aumento da participação da indústria nacional em setores específicos da atividade econômica, melhoram o desenvolvimento tecnológico nacional, criam oportunidades de trabalho gerando melhoria da renda dos cidadãos, mantem diversificação econômica, promovem elos intersetoriais e diminuem a dependência de fornecedores em determinados fatores, aumentando a capacidade de criação de valor agregado, além de permitir que empresas nacionais compitam regional e internacionalmente. (MAIA, 2018, p. 49)

Encontramos, ainda nesse sentido, também na nossa Constituição outra medida que implica atenção ao aspecto local quando falamos de desenvolvimento:

[...] a Constituição traz em seu bojo o dever da ordem econômica respeitar o meio ambiente, de forma que o Princípio da defesa ao meio ambiente trata da utilização racional dos recursos naturais visando equilibrar o desenvolvimento econômico, e o direito constitucionalmente garantido de que as gerações presentes e futuras tenham acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] Os aspectos ambientais não podem ser tratados em separado dos aspectos econômicos e das possíveis implicações sociais decorrentes da exploração econômica, uma vez que, nem sempre a preservação dos recursos naturais será, por si só, capaz de satisfazer as necessidades humanas [...]. (OLIVEIRA, 2018, p. 243).

Tomando por base essas críticas, que chamam a atenção para outros aspectos além do econômico na análise do desenvolvimento, vamos abordar um em específico: a sustentabilidade.

4 NOVAS FACES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: A SUSTENTABILIDADE

Analizando o histórico econômico brasileiro, é possível perceber que a preocupação com elementos de desenvolvimento além do aspecto econômico não ocupou muito espaço ao longo dos anos. Entretanto, nos últimos anos vemos uma emergência dessa preocupação, com a adoção de políticas econômicas de desenvolvimento social, proteção ambiental, busca do bem-estar coletivo além do capital:

O termo desenvolvimento historicamente se construiu ligado à ideia de crescimento econômico, aumento da renda, inovação tecnológica e industrialização. Nesse amplo espectro, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas é tomada como uma consequência natural desses processos, isto é, a vida se tornará melhor conforme for alcançado o crescimento econômico. Contudo, inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos [...] tem questionado de maneira contundente a existência da necessária relação entre essa concepção de desenvolvimento e o ganho em qualidade de vida para as pessoas em geral, demonstrando, dentre outros pontos, a inexistência de uma relação sempre crescente entre aumento de renda e bem-estar ou expectativa de vida. Compreender o desenvolvimento sob essa perspectiva unilateral e reducionista da realidade e das normas que informam a ordem econômica impõe relegar as pessoas à dimensão das consequências e não dos fins, leitura que se mostra incompatível caso se queira compreender o direito ao desenvolvimento no atual estado da arte dos direitos humanos e fundamentais. Para tanto, é inarredável reconhecer a centralidade que a dignidade humana deve desempenhar na formulação do conceito, com toda a sua carga axioteontológica, a exigir a fruição dos direitos fundamentais, representados, entre outros, pela qualidade de vida e o bem estar do cidadão, como finalidade, e não meio, do desenvolvimento. (RIBEIRO; BAMBIRRA, 2018, p. 336)

Assim, novos aspectos têm sido analisados quando se fala em desenvolvimento. Importante trazer que, além desse aspecto social, é necessário ampliar a visão para novos aspectos, dentre eles a sustentabilidade. Aqui, utilizaremos as riquíssimas contribuições de Enrique Leff (2000; 2003), que conceitua sustentabilidade a partir de uma visão que considera o homem parte da natureza e dela dependente.

Trata-se da racionalidade ambiental, que é baseada nos potenciais ecológicos e nas identidades culturais. Em outras palavras, “a racionalidade ambiental é fundada no proveito da produtividade dos ecossistemas com base nas condições ecológicas”, bem como “das bases sustentáveis aos processos de industrialização, integrando



processos ecológicos com processos tecnológicos” (ALVES; CUNHA; SOUSA, 2018, p. 502).

Enrique Leff assim fala sobre a natureza e a construção dessa realidade:

A natureza é, ao mesmo tempo, um recurso econômico e uma herança cultural. Essas estratégias culturais para a gestão produtiva da natureza oferecem princípios para aumentar a produtividade sustentável dos recursos naturais, preservando as condições para o desenvolvimento de racionalidades alternativas e práticas diversificadas de construção e manejo da natureza e coevolução com a cultura. [...] valores culturais, entrelaçados em conhecimento, em formações ideológicas e em organização social e produtiva, constituem condições para o desenvolvimento sustentável. Essas formas de coesão social e auto-suficiência hoje permitem a sobrevivência de diferentes populações. Por sua vez, essas práticas de uso múltiplo de recursos naturais estão reafirmando identidades e enraizando uma racionalidade ambiental em territórios culturais para o desenvolvimento sustentável. [...] descobrir a sustentabilidade ecológica e descongelar o tempo que eles foram embalado significados culturais, negado e desconhecido para o egoísmo e megalomania da racionalidade econômica. Esta defesa do meio ambiente local não depende apenas da avaliação econômica de natureza e cultura, mas a atualização e reconfiguração das identidades e da emergência de novos atores sociais que podem construir uma nova racionalidade produtiva, com base no potencial ecológico da natureza e os significados culturais dos povos. (LEFF, 2000, p. 61-63, tradução nossa)

Assim, falar de desenvolvimento e de sustentabilidade mostra que é muito importante repensar os padrões de conduta do Estado com relação à economia.

A economia não pode produzir a natureza: a energia contida em uma molécula de carbono ou no átomo, mesmo se posta em produção pela economia moderna, não foi produzida por seres humanos; Nenhum país, nenhuma sociedade, nenhum povo produziu ferro, óleo ou água. No entanto, a degradação da matéria e energia no solo, na água e na poluição do ar é produzida pelo processo econômico e considerada “externalidades” do sistema econômico. (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015, p. 67, tradução nossa)

Para construir um desenvolvimento econômico e um futuro sustentável, precisamos:

1) o transbordamento da interdisciplinaridade como combinatória e integradora das perspectivas advindas das disciplinas existentes e de seus (reificados) referentes do mundo, para o diálogo do conhecimento. Isso implica que a compressão e a intervenção social na natureza vão além do campo privilegiado da ciência e da racionalidade dominante para pensar a sustentabilidade a partir do encontro de seres constituídos pelo conhecimento; 2) a construção de uma racionalidade ambiental dentro de um campo conflitivo de interesses e concepções diversas, que põe em jogo uma disputa sobre os sentidos da sustentabilidade, problematizando o lugar do conhecimento, racionalidade, conhecimento e ética na construção de um



futuro sustentável; 3) pensar e construir sociedades sustentáveis transcendendo a relação de conhecimento com a objetividade de uma realidade produzida pelo efeito das formas de compreender o mundo, abrindo a porta da história a partir da relação ética do Ser com o Outro. (LEFF, 2003, p. 15, tradução nossa)

Trata-se do diálogo entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e desenvolvimento social:

Em sua dimensão social, a sustentabilidade tem como objetivo inibir modelos sociais que sejam excludentes, os quais permitem a sobrevivência de poucos às custas de uma miserabilidade imposta por um modo de produção capitalista hegemônico e profundamente desigual. Tal dimensão exige a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais. (SOUZA-LIMA; MARTINI, 2016, p. 204)

Assim, precisamos que o Estado considere novas opções de desenvolvimento econômico, que considerem o aspecto social e o aspecto sustentável. O crescimento dos próximos anos tem por um lado os desafios no enfrentamento ao déficit público, e por outro o enfrentamento a desigualdade do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o histórico econômico do Brasil leva-nos a constatar a constante priorização do desenvolvimento somente em seu aspecto econômico. Entretanto, o Brasil recentemente vem colocando a vida dos cidadãos brasileiros em novos patamares, financiando e garantindo o acesso a direitos sociais. A situação do país tem mudado para melhor e existem, hoje, grandes oportunidades na economia brasileira.

Os índices econômicos mostram um Brasil com uma face muito mais dinâmica e fértil para o desenvolvimento em seu aspecto social. O Estado passou novamente a intervir, ativando mecanismos de financiamento do investimento produtivo, da infraestrutura e do consumo, através dos bancos públicos como o BNDES, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Como esses novos sinais de crescimento econômico e social estão demonstrando o que parece ser o ressurgimento de um novo período de



desenvolvimento para a economia brasileira, importantíssimo analisar novas facetas do conceito de desenvolvimento.

Nessa visão, podemos adotar os ensinamentos de Enrique Leff (2000; 2003) sobre futuro sustentável, porque esse autor leva em conta não somente o aspecto econômico como também o social e o ambiental, trazendo diversos requisitos para definir o que é o desenvolvimento sustentável.

O aumento da produtividade com certeza é fundamental para dar curso ao desenvolvimento, para elevar a competitividade externa da economia brasileira e para alcançar níveis de renda cada vez mais altos e mais acessíveis à toda a população. Mas também é extremamente importante que esse desenvolvimento venha acompanhado de políticas sociais e ambientais, auxiliando a reduzir as desigualdades sociais e a exploração do meio ambiente.

Do ponto de vista da economia, a estabilização da política monetária e a utilização de instrumentos alternativos de controle da inflação por outras áreas do governo é muito importante, como a política tributária, industrial e, sobretudo, agrícola, pois é no setor de alimentos que tem persistido o foco inflacionário. É urgente a necessidade de adotar medidas específicas para eliminar os gargalos estruturais da inflação. A princípio as condições de sustentabilidade do recente desenvolvimento brasileiro não estão, portanto, garantidas.

O fato de o país estar avançando não implica na minimização dos desafios para suplantar o modelo herdado da fase histórica anterior, de desigualdade e dominação das elites. Fica a certeza de que um avanço efetivo só será possível se houver um aprofundamento na redução das desigualdades entre ricos e pobres, entre as regiões do país, no acesso aos direitos fundamentais, e, não menos essencial, nas relações comerciais e financeiras com o resto do mundo.

Por isso, precisamos aproveitar as chances de superar os desajustes da economia brasileira e ampliar o acesso das pessoas mais pobres a esse desenvolvimento, sempre respeitando a natureza e os recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Irivaldo; CUNHA, Belinda Pereira da; SOUSA, John Brehmer de. Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável: uma revisão contemporânea para



pensar políticas públicas num ambiente de complexidade. **Revista Jurídica – UNICURITIBA**, Curitiba, v. 1, n. 50, p. 484-213, 2018.

DE PAULA, João Antônio. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 17, n. 1 (29), p. 1-19, 2006.

FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. v. 2.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Livro 10. Brasília: Ipea, 2010.

LEFF, Enrique. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, PR, n. 1, p. 57-69, jan/jun., 2000.

LEFF, Enrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, PR, n. 7, p. 13-40, jan/jun., 2003.

MAIA, Annuska Macedo Santos de França Paiva. **Conteúdo local como oportunidade de desenvolvimento para o Brasil**. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável, 2018, Salvador. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/0ds65m46/47080pq8/v6iNWCrT4154uxWI.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2018.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. In: Texto para discussão n. 1051, Brasília: IPEA, out. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237266229_Desenvolvimento_Economico_Brasileiro_Uma_Releitura_das_Contribuicoes_de_Celso_Furtado>. Acesso em: 02 nov. 2018.

OLIVEIRA, Junia Gonçalves. **Desenvolvimento sustentável**: uma análise comparativa do desenvolvimento econômico frente ao princípio da sustentabilidade. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável, 2018, Salvador. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/0ds65m46/47080pq8/m6hZ82PQ7o1Y33N8.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, PR, v. 35, p. 65-88, dez., 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo: Urupês, 1954.



PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RIBEIRO, Renato de Araújo; BAMBIRRA, Felipe Magalhães. **Conceito de desenvolvimento adequado à concretização dos direitos humanos e fundamentais**: reflexões a partir do caso da mineração em Barro Alto/GO e a proposta de desenvolvimento como liberdade. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável, 2018, Salvador. Disponível em: <
<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/0ds65m46/47080pq8/72Q49PI14Prj0kbr.pdf>>
Acesso em: 09 nov. 2018.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de; MARTINI, Karlla Maria. O campo jurídico e a face oculta da sustentabilidade. **Revista Jurídica – UNICURITIBA**, Curitiba, v. 2, n. 43, p. 185-215, 2016.